



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

202
✓

208

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0206133-2

APELANTE: CLARO – BSE S/A

APELADA: DILMA FERNANDES PERRUSI MARTINS

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

R
5415

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. NEGLIGÊNCIA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL CARACTERIZADO – REDUÇÃO DO “QUANTUM” INDENIZATÓRIO. DESCABIMENTO. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PAGAMENTO DE FATURA COBRADA DE FORMA INDEVIDA. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. AUSÊNCIA DE PROVA DE INSCRIÇÃO ANTERIOR. APLICAÇÃO CORRETA DA INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA N. 54, STJ. PRETENSÃO DE DIMINUIÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – INACOLHIDA. – RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0206133-2, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Des. Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado (julgamento ocorrido em

18 de Maio de 2010

Recife,

18 de Maio de 2010

Eduardo Augusto Paurá Peres
Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres**
Relator e Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

195
jfb

209

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0206133-2

APELANTE: CLARO – BSE S/A

APELADA: DILMA FERNANDES PERRUSI MARTINS

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

RELATÓRIO

Adoto o relatório da sentença de fls. 135/141.

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto contra sentença (fls. 135/141) que julgou procedente em parte a Ação Declaratória Negativa de Relação Jurídica cumulada com Indenização por Danos Morais e Materiais promovida pela parte ora apelada e, neste conduto, condenou a recorrente ao pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, bem como ao pagamento das custas processuais e verba honorária fixada em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Cumpra aclarar que a contenda em tela teve início com a suposta inscrição indevida da apelada nos órgãos de proteção e restrição ao crédito.

Em suas razões recursais (fls. 143/162), a apelante reclama que não restou configurado o dano moral, inicialmente, porque não foi comprovada a inscrição indevida da apelada nos órgãos de restrição ao crédito; de igual modo afirma que a cobrança indevida acarreta meros aborrecimentos e não danos morais. Defende, ademais, que a recorrida não comprovou ter sofrido algum constrangimento ou humilhação, portanto não pode ser beneficiária de indenização. A recorrente alega que deve ser aplicada ao caso a Súmula 385, do STJ, por não ser cabível a indenização por danos morais. Insurge-se, ainda,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

196
Jh

210

com o valor arbitrado pelo MM. juiz *a quo*, a título de indenização, pois o magistrado não utilizou os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Por fim, aduz que a incidência dos juros moratórios foi aplicada de modo errôneo; assim como reclama que sentença foi ultra petita e que os honorários advocatícios devem ser reduzidos para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Em contra-razões (fls. 178/185), a apelada refuta os argumentos da recorrente, de modo que requer a manutenção da sentença em todos os seus termos.

É o relatório.

Ao douto revisor.

Recife, 19 de abril de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL



211

PROCESSOS Nº 001.2005.121598-6 e 001.2005.127049-9

AUTORA: DILMA FERNANDES PERRUSI MARTINS

RÉU: CLARO BSE S/A

Ação Declaratória Negativa de Relação Jurídica cumulada com Indenização por Danos Morais apensa à Medida Cautelar Inominada Preparatória.

SENTENÇA.

Vistos etc.

Cuida-se de ação declaratória negativa de relação jurídica cumulada com indenização por danos morais por **DILMA FERNANDES PERRUSI MARTINS** em face de **CLARO BSE S/A** já qualificados na inicial, na qual alega a demandante que assinou contrato de comodato com a demandada em 14/05/2005 com prazo final em 14/05/2006 e que após o término do prazo, o contrato foi renovado automaticamente, sem prazo determinado.

Afirma que em 29/03/2004 requereu junto à empresa ré o cancelamento do comodato, entregando o equipamento que lhe fora cedido. Afirma que quando informou à demandante acerca do cancelamento, a atendente lhe esclareceu que na conta seguinte (mês de abril) viria um saldo remanescente já que o cancelamento ocorreu após o vencimento da conta.

Alega que ao receber a fatura do mês de abril, foi surpreendida pela cobrança integral de seu plano, ocorrendo o mesmo no mês de maio. Em face do ocorrido, informa que novamente entrou em contato com a operadora e a funcionária orientou-o a desconsiderar as cobranças e que na próxima fatura viria apenas o valor proporcional ao período do mês de março.

Porém, apesar da orientação fornecida pela funcionária da demandada, aduz que recebeu no dia 01/06/2004 carta do departamento de crédito e cobrança, no valor de R\$293,09 (duzentos e noventa e três reais e nove centavos), oferecendo condições especiais de pagamento para regularização de seu débito. Informa que no dia 07/06/2004 recebeu nova carta de cobrança advertindo-o acerca do direcionamento da conta para escritório de cobrança e a negativação de seu nome em serviços de proteção ao crédito.

Afirma que quando recebeu a conta do mês de junho, novamente a fatura veio cobrando o valor integral, e, diante disto, ignorou o referido demonstrativo de débito, tendo recebido em 02/07/2004 carta de cobrança da UNNICRED – Serviços de Cobrança Ltda informando a suspensão parcial da linha.

PARA CÍVEL
136
212

Aduz que no mês de julho recebeu fatura no valor de R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos) e acreditando ser o valor remanescente do mês de março, pagou a fatura. No entanto, soube que o pagamento correspondia a nova assinatura a não ao valor remanescente, não tendo recebido qualquer informação de que o pagamento importaria em renovação contratual já que não constava referencia nenhuma na fatura.

Alega que em 26/08/2004 recebeu comunicado informando a inscrição de seu nome no SERASA e SPC, e que tal inscrição poderia levar a demandante ao afastamento de uma instituição filantrópica da qual é diretora administrativa.

Requer a condenação da demandada ao pagamento de danos materiais correspondente a R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos); a declaração de inexistência de relação jurídica com o pagamento de R\$467,74 (quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos) pela cobrança indevida e indenização por danos morais em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Juntou documentos de fls. 21/63.

Citada, a demandada ofereceu contestação às fls. 70/87 onde afirma que a autora não quitou qualquer uma das faturas tendo a ré desconsiderado todas as cobranças, não havendo que se falar em atitude lesiva da operadora, e que quando uma linha é regularmente habilitada os serviços são devidamente postos à disposição da autora tendo a ré emitido as faturas mensais afirmando que tais condutas pautaram-se pela legalidade e boa-fé contratual, e que agiu no exercício regular de um direito reconhecido.

Alega a legalidade da cobrança, a insubsistência dos danos morais, a impossibilidade da inversão do ônus da prova e o não cabimento de repetição de indébito, requerendo ao final a improcedência dos pedidos autorais.

Réplica às fls. 122/128 onde reitera os termos da inicial.

A medida cautelar preparatória retrata os mesmos termos da ordinária, servindo o relatório acima também para a cautelar nº 001.2005.121598-6. Ressalte-se, apenas, que a liminar foi concedida às fls. 58/58v para determinar a retirada do nome da autora dos cadastros de proteção a crédito e a suspensão das cobranças extrajudiciais.

Findo o Relatório. Decido.

Em função do princípio da economicidade, fundamento a ação ordinária e a medida cautelar conjuntamente já que uma deve ter, necessariamente, o mesmo destino que a outra.

Do Mérito

Inicialmente, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova formulado pela autora, faz-se desnecessária a inversão requerida porquanto os documentos trazidos pela autora são suficientes para provar os fatos alegados constitutivos do seu direito.

A autora requer em sua exordial a declaração da inexistência de relação jurídica entre ela e a demandada, e a indenização em danos

137
213

materiais e morais. Quanto a declaração de inexistência de relação jurídica, restou provado nos autos que o cancelamento do comodato de fato ocorreu (documento de fls. 25), bem como a devolução do aparelho e acessórios (fl. 26). Também se verifica que, não obstante o pedido de cancelamento, o valor relativo ao comodato continuou sendo cobrado nas faturas seguintes conforme se depreende nos documentos de fls. 34/38.

No documento de fls. 41, constata-se que o valor ali contido é bem abaixo do que vinha sendo cobrado como "Assinatura Mensal Plano Vip 400" o que justifica a interpretação do autor em entender que se tratava do saldo remanescente do mês de março e não de renovação de assinatura, já que o valor da assinatura nas outras faturas era de R\$145,00 (cento e quarenta e cinco reais) e no mês de julho o valor da cobrança foi de R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Logo, não tinha o autor a informação de que o pagamento da fatura de julho no valor de R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos) ensejaria a renovação do comodato.

Assim, é cabível a declaração da inexistência da relação jurídica entre as partes sendo insubsistente qualquer dívida da parte autora em relação a transação em comento, após o cancelamento do contrato, e aponta-se como irregular e indevido o encaminhamento do nome da autora aos órgãos de proteção de crédito.

Quanto à responsabilidade civil da demandada em relação ao dano causado à autora, ressalte-se o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor que assim dispõe:

"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

É de sabença geral que cabe ao réu a demonstração de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Assim, provado o dano e o nexo de causalidade, presentes estão os requisitos da responsabilidade civil do demandado em face do vício do defeito do serviço que foi praticado.

A demandada alega em sua contestação que agiu "no exercício regular de um direito reconhecido" (sic), porém, não é o que se demonstra nos autos. A demandada, apesar do cancelamento da linha solicitada pela autora, continuou a cobrar o valor nas faturas seguintes, enviou correspondência advertindo acerca da inscrição do nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito e, de fato, procedeu com a negativação.

Então, não há que se falar em exercício regular de direito já que a empresa ré, na verdade, abusou de seu direito ao não proceder conforme solicitado pela autora, solicitação esta que se deu de forma expressa, formal e legal.

A hipótese em questão não se resume a um mero aborrecimento, tendo em vista que a autora formalizou o cancelamento da linha e mesmo assim continuou sendo cobrada. Destaque-se que por diversas vezes tentou

3

resolver a celeuma administrativamente, não logrando êxito, culminando na inscrição indevida de seu nome em órgãos de restrição de crédito, o que causou transtornos que não teriam ocorrido se a demandada tivesse tomado as providências requeridas em momento oportuno.

Portanto, presentes o dano e a relação de causalidade entre este e o defeito do serviço, configurada está a responsabilidade civil da demandada.

Com relação ao pedido de dano material, a autora pleiteia a devolução da quantia de R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos) que corresponde ao valor pago indevidamente e R\$467,74 (quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos) correspondente à cobrança indevida realizada pela ré.

Com efeito, a quantia paga indevidamente deve ser restituída à demandante a título de dano material vez que ficou comprovado nos autos que o pagamento foi indevido.

O artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor assevera que:

"Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável".

Desta feita, deve a demandada restituir à autora o valor pago indevidamente, em dobro.

No entanto, com relação ao valor de R\$467,74 (quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos) correspondente à cobrança indevida realizada pela ré, tendo em vista que não houve pagamento destes valores por parte da demandante, não há que se falar em restituição.

Com relação ao pedido de danos morais, é fato comprovado nos autos que o nome da autora restou apontado em lista de restrição de crédito indevidamente, apesar de várias tentativas de solução do problema junto à empresa ré. O dano à imagem e ao crédito é configurado pelo simples dano efetivo, o que se identifica pela restrição junto ao SERASA e SPC. Conseqüentemente, conclui-se pela procedência do pedido, pois que verificada situação de incidência do artigo 5º da CF, vejamos:

"X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;"
(Grifos apostos).

O TJPE em recente julgado firmou entendimento que o dano moral no caso de inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito é presumido, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. TÍTULO COMPROVADAMENTE QUITADO. PROTESTO INDEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. MANUTENÇÃO DO MONTANTE FIXADO NA SENTENÇA. 1- Se

o autor efetivamente pagou o título e, mesmo assim, foi surpreendido pelo protesto indevido, com a inclusão do seu nome nos cadastros de restrição ao crédito, surge a obrigação de indenizar. **2-A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos casos de inscrição indevida no cadastro de inadimplentes, considera presumido o dano moral.** 3-A quantia arbitrada no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mostra-se razoável, devendo permanecer inalterada. 4-Apelação cível a que nega provimento, mantida a sentença em todos os seus termos.

A construção jurisprudencial do Egrégio TJMG é firme neste sentido, como se constata através do aresto abaixo invocado:

Número do processo: 2.0000.00.487041-1/000(1) Relator: PEREIRA DA SILVA Data do acordão: 01/08/2006 Data da publicação: 18/08/2006 Ementa: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INCLUSÃO INDEVIDA DE NOME NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. REDUÇÃO DO "QUANTUM" INDENIZATÓRIO. Estando presentes os requisitos autorizadores da indenização à título de danos morais, cumpre concedê-la, utilizando-se dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, evitando-se valores irrisórios ou enriquecimento sem causa. Primeira apelação parcialmente provida e segunda apelação prejudicada. Súmula: DERAM PROVIMENTO PARCIAL À PRIMEIRA APELAÇÃO, PREJUDICADA A SEGUNDA.(Grifos destacados)

É pacífico e claro o entendimento da doutrina e da jurisprudência acerca da configuração de dano moral pela simples inclusão do nome pessoa de forma indevida, neste sentido vejamos o aresto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

"Número do processo: 1.0686.04.117055-2/001(1) Relator: JOSÉ ANTÔNIO BRAGA Data do acordão: 11/07/2006 Data da publicação: 12/08/2006 Ementa: AÇÃO INDENIZATÓRIA - INCLUSÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE NEGATIVAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO SEM NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO OBJETIVA - INDENIZAÇÃO FIXADA EM VALOR MODERADO - RECURSO IMPROVIDO. O dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida nos cadastros de restrição ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pelo autor, que se permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito a ressarcimento. Doutrina e jurisprudência são pacíficas no sentido de que a fixação deve-se dar com prudente arbítrio, para que não haja enriquecimento indevido, mas também para que o valor não seja irrisório. Súmula: NEGARAM PROVIMENTO"(Grifos ao original).

O pedido de dano moral, para obter procedência, requer a demonstração de ato ilícito perpetrado pela parte ré. No caso, o apontamento do nome da autora em lista restritiva de crédito se afigura como tal, bem demonstrado, inclusive, com a documentação colacionada.

J. P. A. CIVIL
140
216

Não obstante o entendimento da doutrina e jurisprudência no sentido de não necessitar comprovar o abalo à honra, imagem e reputação, nos presentes autos ficou demonstrado o real prejuízo sofrido pela autora, uma vez que seu nome permaneceu inscrito indevidamente por mais de um ano, só se resolvendo através de ação judicial, o que naturalmente abala o nome da autora na praça e perante a sociedade.

CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, ao tratar da matéria abordada, preleciona:

"Para a obrigação de reparar o dano, devem concorrer os seguintes fatores: a) ato ilícito, caracterizado pelo dolo ou pela culpa; b) dano, no caso, o dano moral; c) relação de causalidade, exigindo-se o nexo de causa e efeito entre a violação e o prejuízo. Deste conceito extraem-se os requisitos essenciais: a) em primeiro lugar, a verificação de uma conduta antijurídica, que abrange comportamento contrário ao direito, por comissão ou omissão, sem necessidade de indagar se houve ou não propósito de malfezer; b) em segundo lugar, a existência de dano, tomada a expressão no sentido de a lesão a um bem jurídico, seja este de ordem material ou imaterial, de natureza patrimonial ou não-patrimonial; c) e em terceiro lugar, o estabelecimento de um nexo de causalidade entre uma e outro, de forma a precisar-se que o dano decorre da conduta antijurídica, ou, em termos negativos, que sem a verificação do comportamento contrário ao direito não teria havido o atentado a bem jurídico." (In "Instituições de Direito Civil", v. I, Forense, pág. 457, 11ª edição).

Assim, demonstrado o ato ilícito, dano e o nexo de causalidade, tem a autora direito à indenização por danos morais.

Dispositivo.

A vista do exposto nos fundamentos desta sentença, hei de julgar, como efetivamente **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a presente ação, para declarar a inexistência da relação jurídica, a partir do pedido de cancelamento, bem como declarar a inexistência de dívida da parte autora em relação às cobranças efetuadas após o cancelamento, ressalvado o valor correspondente ao saldo remanescente do mês de maio.

Declaro ainda a ilicitude da conduta da parte Ré na conformidade do exposto nos fundamentos deste julgado no encaminhamento do nome da autora para os órgãos de proteção do crédito.

Condeno a demandada ao pagamento de indenização por dano material no valor de R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos) que corresponde ao valor pago indevidamente pago, em dobro, totalizando R\$145,00 (cento e quarenta e cinco reais).

Servindo-me dos princípios de razoabilidade e proporcionalidade, fixo o *quantum* indenizatório, a título de danos morais, em razão do dano experimentado em **R\$3.000,00 (três mil reais)**, com aplicação dos juros de mora a partir do evento danoso, com espeque no que dispõe a súmula 54 do STJ, ou seja, a data do apontamento da negativação e correção monetária incidente a partir da data do arbitramento do valor da indenização, ou seja, da prolação desta sentença, pela tabela ENCOGE, a ser pago à parte autora, levando-se em consideração o defeito do serviço oferecido que se constitui em um ato ilícito praticado e ao *pretium doloris* configurado, derivados dos

constrangimentos pessoais sofridos, e, levando em consideração também a capacidade financeira do demandado.



Julgo, ademais procedente a ação cautelar nº 001.2005.121598-6, em apenso porquanto presente o bom direito da parte Autora em intentar a medida cautelar com intuito de retirar seu nome dos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA).

Tendo em vista a sucumbência mínima da autora, a ré deverá arcar com a totalidade das custas processuais e da verba honorária advocatícia, esta última fixada em 20% (vinte por cento) sobre o montante da condenação.

Custas satisfeitas.

Após o Trânsito em julgado, archive-se.

P. R. I.

Recife, 29 de julho de 2009.

Dra. Nalva Cristina Barbosa Campello
Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

203
N

218

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0206133-2

APELANTE: CLARO – BSE S/A

APELADA: DILMA FERNANDES PERRUSI MARTINS

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

VOTO

Srs. Desembargadores,
Senhor (a) Procurador (a).

Impende esclarecer que o presente litígio tem origem em ação declaratória negativa de relação jurídica cumulada com indenização por danos morais e materiais, em razão da inscrição indevida da apelada nos órgãos de proteção/restrição ao crédito.

Aduz a recorrente que não ocorreu qualquer lesão que ensejasse dano moral à recorrida, pois não foi comprovada a inscrição indevida da apelada nos órgãos de restrição ao crédito; de igual modo defende a apelante que a cobrança indevida da fatura acarreta meros aborrecimentos e não danos morais. Alega, ademais, que a recorrida não comprovou ter sofrido algum constrangimento ou humilhação, portanto não pode ser beneficiária de indenização.

Tenho que restou demonstrada nos autos que a recorrente realizou a efetiva inscrição da apelada nos órgãos de restrição ao crédito (fls. 43/46), razão pela qual é infundada a alegação da apelante quanto à ausência de prova. De modo análogo, entendo que a cobrança inoportuna de uma dívida



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

204
✓
219

inexistente, após o cancelamento do contrato de comodato, por quatro meses consecutivos não se trata de um mero aborrecimento.

Não merece guarida, de igual modo, o argumento de que não foi comprovado qualquer constrangimento ou humilhação sofrido pela apelada, haja vista que a negatificação da recorrida foi realizada pela empresa apelante o que acarreta o dano *in re ipsa*, ou seja, afeta de modo presumido a honra subjetiva da pessoa, assim como sua dignidade diante da sociedade.

Nesse sentido:

EMENTA: DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. CESSÃO. CRÉDITO INEXISTENTE. DANO MORAL PURO CONFIGURADO. 1. Ilegitimidade passiva afastada. A Atlântico FIDC é responsável por não ter se certificado da legitimidade do crédito, por não ter notificado a devedora da cessão e por tê-la inscrito indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito, assim como a Brasil Telecom, que cedeu crédito inexistente, pois desconstituído por sentença transitada em julgado. 2. Danos morais configurados. A indevida inscrição junto aos órgãos restritivos de crédito é motivo suficiente à configuração de lesão à personalidade, por se tratar de dano moral "in re ipsa", que prescinde de qualquer demonstração específica. 3. Manutenção do "quantum" indenizatório fixado na origem. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71002323673, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 26/03/2010). (Grifei).

Em suas razões a recorrente defende que a recorrida já possuía anotações efetuadas por outras empresas, motivo pelo qual deveria ser aplicada a Súmula n. 385, do STJ.

De fato, a súmula n. 385, do STJ dispõe que: *da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral*,
0206133-2 (voto)

ara
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

207
220

quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento. Contudo é inaplicável ao caso em tela, pois o documento de fl. 115 (ação cautelar) não informa a data da anotação efetuada pelo Banco Itaú e Unibanco, portanto não se enquadra ao disposto na referida súmula que é cristalina ao reza que se aplica tão somente nos casos em que a inscrição for legítima e preexistente.

Reclama, ademais, a apelante que o valor arbitrado pelo MM. juiz *a quo*, a título de indenização, pois o magistrado não utilizou os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

No que concerne ao *quantum* da indenização, vislumbro mostrar-se razoável, não havendo exagero na condenação, uma vez que o dano moral não é estimável por critérios de dinheiro. Na fixação do *quantum* visa-se desestimular a prática de novo ilícito por parte do ofensor, e oferta de conforto ao ofendido. Neste esteio, considero o valor estipulado pelo MM. Juiz *a quo* adequado – R\$ 3.000,00 (três mil reais) -, uma vez que aplicou corretamente o critério da razoabilidade e proporcionalidade, em razão dos transtornos suportados pelos apelados e do porte econômico dos ofensores.

Por fim, aduz que a incidência dos juros moratórios foi aplicada de modo errôneo; assim como reclama que sentença foi ultra petita e que os honorários advocatícios devem ser reduzidos para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

No que tange ao momento da incidência dos juros moratórios, entendo que o juiz sentenciante aplicou de forma correta, haja vista que a súmula n. 54, do STJ, prevê que os juros é aplicável a partir do evento danoso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

206

✓

221

No que concerne à alegação do julgamento extra petita em razão da condenação da apelante ao pagamento em dobro da quantia cobrada indevidamente, sem o requerimento de devolução em dobro do referido valor pela apelada, tenho que não merece guarida. Destaco que a cobrança indevida por si só origina o direito a restituição em dobro do valor pago em excesso, consoante previsão do art. 42, parágrafo único, do Código de defesa ao Consumidor¹.

Quanto às verbas honorárias, considero razoável a quantia fixada pelo magistrado a *quo*, qual seja, 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

À luz de todo o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao presente recurso apelatório.

Recife, 18 de Maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

¹ Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

208
2
222

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0206133-2

APELANTE: CLARO – BSE S/A

APELADA: DILMA FERNANDES PERRUSI MARTINS

REVISOR: DES. FERNANDO MARTINS

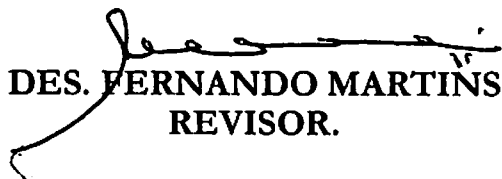
Sexta Câmara Cível

VOTO REVISÃO

NEGO PROVIMENTO AO APELO, nos termos do voto do Relator.

Contudo, com relação aos juros esta Relatoria entende que, tratando-se de responsabilidade contratual, incidem os juros moratórios a partir da citação e não da data do evento danoso.

Recife, 10 de 7 de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
REVISOR.